

Plenas de Coragem

As mulheres negras ainda lideram as piores estatísticas do País. São maioria entre os mais pobres, se mantêm como as maiores vítimas de violência de gênero e vivem o descaso do Estado. Mas nem pensam em perder a luta

(Brasileiros, 20/11/2016 - acesse no site de origem)

Ser mulher no Brasil é perigoso. A cada dia morrem 13 mulheres por violência letal. Elas são 4,8 vítimas de homicídio a cada 100 mil habitantes. A maioria dos assassinatos é cometida por familiares (50,3%) e parceiros (33,2%). Os dados são do Mapa da Violência 2015 - Homicídio de Mulheres no Brasil. Esses números alarmantes caracterizam o Brasil como um dos mais letais em relação a gênero no mundo. As Nações Unidas denunciam que somos o quinto país em homicídios contra mulheres. Estamos à frente da Síria, em guerra desde 2011, e atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

Leia mais:

[Até quando? A cada hora uma mulher é morta no Brasil \(Mediamax, 20/11/2016\)](#)

[Consciência Negra: luta é contra a violência estatal, de ontem e de hoje, por Debora Melo \(CartaCapital, 20/11/2016\)](#)

[Livro narra histórias das mulheres vítimas da violência estatal em maio de 2006 \(Brasil de Fato, 18/11/2016\)](#)

Mas há uma característica no Brasil que expõe mais à violência um grupo determinado de mulheres: o racismo. O dado mais recente, de 2014, mostra que, enquanto a taxa de homicídios de brancas foi de 3,2 por 100 mil habitantes, a de negras ficou em 5,4 por 100 mil habitantes.

O mapa, que analisou a década compreendida entre 2003 e 2013, aponta que houve diminuição de 9,8% no número de assassinatos de mulheres brancas no período. Mas a violência letal contra as negras aumentou 54,2%. O quadro evidencia que políticas públicas destinadas a combater a violência de gênero, como as leis Maria da Penha e Feminicídio, são fundamentais, mas funcionam até certo ponto. Faltam iniciativas que deem conta da confluência que junta a discriminação de gênero com a discriminação racial e de renda.

“A superposição das contradições de gênero, classe e raça transforma as mulheres negras no segmento mais vilipendiado e que fica confinado na base social, nos piores lugares da hierarquia social”, explica Sueli Carneiro, filósofa, doutora em Educação e fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra. “Esse tipo de opressão, que articula múltiplas variáveis, produz um confinamento social nos patamares inferiores da sociedade, impedindo a mobilidade social, o progresso e o bem-viver”, define. As políticas públicas negligenciam as iniquidades provocadas pelo racismo, que torna a violência contra as negras um fenômeno complexo.

Kimberle Crenshaw, professora de Direito das universidades da Califórnia e de Columbia, importante pesquisadora e ativista pelos direitos civis nos Estados Unidos, explica que para enfrentar esse cenário é preciso “reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias discriminação racial e discriminação de gênero”. Há o que ela chamou de “interseccionalidade”, ou seja, ambas as categorias precisam ser ampliadas para abordar as questões que envolvem a vida das mulheres negras. “Quando as leis não preveem que as vítimas da discriminação racial podem ser mulheres e que as vítimas

de discriminação de gênero podem ser mulheres negras, elas acabam não surtindo o efeito desejado e as mulheres ficam desprotegidas”, escreveu Kimberle, em artigo que integra o dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo, que aconteceu em Durban, na África do Sul, em 2001, e é um marco do enfrentamento ao racismo no mundo.

É relevante que o Estado responda à situação de violência vivida pelas negras. No Brasil, elas somam 54,9 milhões de pessoas (pretas e pardas), o que corresponde a 53,5% da população feminina no País. Porém, esse grupo, a despeito da quantidade de pessoas que representa, continua desprotegido. Em 2009, segundo o Ipea, somente 26,3% das mulheres negras viviam entre os não pobres. Na base da pirâmide da desigualdade, elas são maioria entre os extremamente pobres (7,4%), os pobres (13,4%) e os vulneráveis (53%).

Para denunciar essa situação, as organizações da sociedade civil [Geledés](#) e [Criola](#), que atuam na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras, organizaram, no final de setembro deste ano, uma audiência pública para apresentar os casos de violações de direitos humanos de mulheres negras à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. “As mulheres negras do Brasil vivem um quadro de guerras não declaradas, que de formas extremamente violentas restringem sua capacidade de agenciamento das condições de vida individuais e coletivas”, alerta Nilza Iraci, presidenta do Geledés.

Margarette Macaulay, comissária da OEA, relatora dos direitos de afrodescendentes e mulheres, esteve no Brasil para o encontro e escutou dezenas de mulheres negras contarem como foram vítimas de violência doméstica, violência de gênero, violência contra trans e lésbicas, violência obstétrica, violência sexual e violência policial. Casos que se somam a outras violências não letais, mas que são feridas cotidianas: a impunidade, a falta de reparação pelo Estado e - a mais aguda e profunda de todas as dores - a violência de viver sem um filho, muitas vezes vítima de homicídio praticado pela polícia. Juntas, elas contaram como foi a perda de mais de 600 vidas negras - e outras tantas agredidas. “Ser mulher, negra, lésbica, trans é ter sua situação agravada em função das assimetrias de gênero e raça que caracterizam a sociedade patriarcal e racista, que as coloca em situação de maior subordinação e discriminação, potencializando sua situação de pobreza e vulnerabilidade”, explica Nilza. Para Margarette, ficou evidente que “é impossível viver com tantas violações”.

As consequências do preconceito racial sobre as mulheres negras são perversas. “O racismo trabalha no processo de desumanização dos sujeitos negros, afeta o que nos constitui, em nossa subjetividade e identidade. Ele é uma violência que incide diretamente em nosso corpo, por meio de vivências de humilhação”, afirma a psicóloga Maria Lucia da Silva, do [Instituto AMMA Psique e Negritude](#).

“Essas vivências, na maioria das vezes, afetam nossas emoções, provocando sentimentos diversos como vergonha, inferioridade, raiva, impotência. Essas situações, além de afetarem nossa alma, afetam diretamente o nosso corpo, produzindo taquicardia, sudorese, tremedeira, impotência e, não raro, deixando um grito parado em nossas gargantas, como se não tivéssemos voz, como se não pudéssemos falar”, completa Maria Lucia.



Após desaparecimento de 11 jovens, mães fazem denúncia à Anistia Internacional (Foto: Reprodução)

Impunidade

Negligência, inadequação e ineficiência de políticas públicas são os fatores que apontam para a responsabilização do Estado no que diz respeito à taxa elevada de assassinatos de mulheres negras, revela o dossiê A Situação dos Direitos Humanos de Mulheres Negras no Brasil, produzido por Geledés e Criola, e lançado em setembro passado. “Não existe qualquer mecanismo voltado para o enfrentamento ao racismo, seus impactos na produção da violência contra as mulheres negras e ao racismo institucional incorporado a essas ações”, atesta o documento.

Quando a violência parte de agentes do Estado, a impunidade se torna ainda mais escandalosa. Aos 38 anos, a auxiliar de serviços gerais Claudia Ferreira da Silva, negra, mãe de quatro filhos biológicos e quatro adotivos, foi morta pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, em março de 2014, no Morro da Congonha, zona norte. Havia saído para comprar pão quando cruzou seu destino com os tiros disparados por policiais. Alvejaram seu coração e pescoço. Jogaram seu corpo num porta-malas para transporte de presos. O compartimento abriu, Claudia caiu no asfalto. A cena foi filmada e só por isso o homicídio ficou conhecido - e foi possível desmontar a farsa dos PMs, que alegaram que Claudia estaria viva quando “socorrida”.

Os seis policiais acusados do crime estão soltos e não foram julgados. Continuam trabalhando na corporação. O processo tramita no 3º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. O tenente Rodrigo Medeiros Boaventura e o sargento Zaqueu Jesus Pereira Bueno foram indiciados pela Polícia Civil pelo homicídio doloso em julho de 2014.

Os outros policiais envolvidos respondem por fraude processual, por terem alterado a cena do assassinato. Porém, o processo está parado. É como se Claudia - e todas as mulheres negras periféricas - fosse invisível para a Justiça brasileira. A única reparação que a família recebeu foi um acordo com o qual foi possível comprar um imóvel de dois cômodos. A filha mais velha obteve um apartamento do programa Minha Casa Minha Vida. Na época da barbárie, o então governador Sergio Cabral (PMDB) reuniu-se com os familiares de Claudia. “O mínimo que se espera dos três policiais presos é que sejam expulsos da corporação”, declarou. Eles foram apenas transferidos de batalhão. Ninguém mais olha pela família de Claudia.

Um levantamento da Anistia Internacional Brasil mostra que, em um período de dez anos (2005-2014), foram registrados 8.466 casos de homicídios decorrentes de intervenção policial no estado do Rio de Janeiro. Desses, 5.132 ocorreram na capital. É um dado significativo: em 2014, por exemplo, os homicídios praticados por policiais em serviço corresponderam a 15,6% do número total de homicídios na capital fluminense. Para ter ideia da impunidade, em 2011, nos 220 casos examinados pela organização de direitos humanos envolvendo homicídios por policiais, apenas um policial havia sido indiciado. Até abril do ano passado, 183 investigações seguiam em aberto. A maioria das mortes ocorreu na violenta favela de Acari, na zona norte carioca.



Somos claudia Campanha do Think Olga em homenagem a Claudia Ferreira da Silva
(Foto: Reprodução)

Luto feito mãe

Em julho de 1990, o desaparecimento forçado de 11 jovens (sete adolescentes, a mais nova tinha 13 anos) da favela de Acari ficou conhecido como “Chacina de Acari” e marcou a história da comunidade. Eles foram levados por um grupo de policiais e seu paradeiro nunca foi descoberto. A investigação foi encerrada sem que ninguém fosse responsabilizado e levado à Justiça. O crime prescreveu em julho de 2010.

Na ausência de Justiça, as mães dos jovens iniciaram uma investigação por conta própria. São as “Mães de Acari”. Uma delas, Edméia da Silva Eusébio, negra, foi assassinada à luz do dia, no centro da cidade, após ter obtido informações sobre os assassinos de seu filho, Luiz Henrique da Silva Eusébio. Para a Anistia Internacional, “a chacina de Acari revela a incapacidade do Estado brasileiro de garantir justiça para os casos de violência policial, desaparecimentos forçados e mortes por grupos de extermínio no País”.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro recebeu a denúncia do homicídio de Edméia em 11 de julho de 2011. Sete pessoas estão sendo acusadas, a maior parte policiais militares, incluindo o ex-comandante do 9º Batalhão de Polícia Militar, então responsável pelo policiamento da região de Acari. Depois de 22 anos da morte de Edméia, o processo continua na fase de instrução e julgamento e ainda não foi encaminhado para júri.

Recentemente, um novo grupo de mães negras se formou. Cinco rapazes desapareceram depois de terem sido abordados por policiais de São Paulo. O site Ponte revelou que um dos adolescentes enviou áudios por Whatsapp a uma amiga na madrugada de 21 de outubro, dizendo que o grupo teria sido “enquadrado” por policiais e levado um “esculacho”. A Secretaria de Segurança Pública diz que está investigando essa possibilidade, mas afirma que não há “indício concreto” da participação de membros da corporação, apesar dos projéteis .40, armamento da PM. Os corpos foram encontrados no início deste mês de novembro com marcas de execução.

As mães se unem no luto para continuar respirando. São Mães de Acari, Mães de Maio, Mães do Cárcere, Mães Mogianas, Mães de Osasco e Barueri, Mães do Cabula, milhões de mães, a grande maioria mães negras. Não existe no Brasil quem mais vele seus jovens. Das quase 60 mil pessoas mortas de forma violenta no País em 2014, mais de 70% eram negras. “Os governos estadual e municipal, em geral, não entendem os territórios onde vivem as mulheres negras como locais que deveriam ser foco das políticas públicas”, alerta a socióloga Vilma Reis, ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia. “Esses lugares são militarizados, criminalizados e depois se tornam campo aberto de violação de quase todos os direitos. Essa ausência das políticas, dos investimentos locais, da possibilidade do emprego e do lazer ali, o corte das linhas de transporte e outros meios de mobilidade urbana têm o papel de impor o isolamento social, econômico, político e cultural das comunidades onde as mulheres negras estão fazendo das tripas coração para sobreviver com seus filhos, filhas, netos, netas, que dependem diretamente do fazer, do labor da mulher negra para sobreviver”, explica Vilma.

É uma das faces da covardia do racismo e do sexismo institucionais. Viver sem saber o paradeiro do corpo do seu filho é devastador. Junta-se a isso a necessidade de provar cotidianamente que ele tinha dignidade, contra os programas policiais da TV que criminalizam automaticamente esses adolescentes e jovens. É uma ferida que nunca cicatriza. Um mecanismo cruel que desumaniza os mais novos para matar a esperança das mais velhas. “Quando a bala chega no corpo desses jovens, sob proteção dessas mulheres, na verdade eles já estão mortos. Já foram tão criminalizados que ninguém mais se levanta para, junto com essa mulher negra, defender a honra, o nome, a trajetória deles. As mães ficam sozinhas, e sozinhas

vão para o IML tomar as providências do enterro”, conta Vilma. Para ela, nesse momento se constata que todas as agências públicas falharam com essa mulher, por omissão, por leniência, por silêncio, por racismo institucional.

Esse cotidiano obriga as mães negras a ensinarem seus filhos logo cedo a sobreviver no dia a dia de um País racista. Ao mesmo tempo que mostram que as crianças precisam ter orgulho de sua cor, de seus cabelos, de seus ancestrais, elas aprendem a se proteger da violência policial. Como se fossem suspeitos só por serem negras. “Meu maior desafio hoje é conseguir dormir tendo dois filhos jovens e negros. Eu tenho que ensinar meu filho a ser forte, mas tenho que pedir a ele que se defenda do sistema”, revela a advogada Eliane Dias, que trabalha no SOS Racismo da Assembleia Legislativa de São Paulo e é produtora da Boogie Naípe, que representa o grupo de rap Racionais. “Preciso orientar o tempo todo. Digo ao meu filho que é melhor que não ande na rua em determinados horários porque ele é ‘suspeito’ e pode sofrer violência da polícia por estar no lugar errado na hora errada. Eu tenho que falar isso todos os dias, é um mantra.”

Os filhos questionam, dizem que são livres, honestos, estudantes e trabalhadores. Eliane lembra que ainda assim é preciso tomar cuidado. “Eu digo: não pode porque, para a polícia, você é suspeito e pode ser que não dê tempo de abrir a boca para explicar tudo isso”, avisa. “Eles não merecem essa perseguição, mas o sistema é assim. Isso é doloroso, horrível. Meu filho tinha que ter o direito de andar livre a qualquer hora. Não tem que ser punido porque nasceu negro. Tenho que ensinar que ele é certo e é honesto e mesmo assim será perseguido por causa de sua cor. É muito revoltante.”

Esse contexto de dor permanente faz com que as mulheres negras sejam também extremamente fortes e resilientes. Atuam coletivamente e criam diferentes formas de luta, que geram as possibilidades de fala. “É uma maneira de garantir que a indiferença dos poderes constituídos não seja mais forte que o direito de cada uma delas a uma resposta e, mais que isso, a chance de parar essa máquina de morte e de humilhação cotidiana”, diz Vilma Reis.

Ocupar o poder

As saídas apontam para a ocupação dos espaços de poder. Atualmente, temos um Parlamento majoritariamente masculino e branco. Dos 513 deputados da Câmara, apenas 20% são negros. Entre os 22 senadores, somente cinco se declararam pardos e nenhum deles preto. Depois do impeachment, ficou ainda mais evidente a segregação racial imposta ao Brasil: a Secretaria de Igualdade Racial, importante conquista, perdeu status de ministério e está submetida à pasta da Justiça, com um ministro (Alexandre de Moraes) da área da Segurança Pública, aquela que produz violência letal contra jovens negros. A equipe ministerial de Michel Temer não conta com nenhum negro.

Mesmo assim, as mulheres negras estão organizadas. Querem ocupar os espaços de poder político institucional, apesar das adversidades. O País não deveria desconsiderar tamanha força. “Ser mulher negra é estar localizada estrategicamente nesse lugar de onde se tem que entender todo o processo de exclusão, desigualdade e marginalização social”, diz Sueli Carneiro. “Mas é também o lugar onde pode estar a condição de libertação de todos e todas nós.” Falta ao Estado reconhecer a potência dessas mulheres e cuidar da força que representam. Porque são elas que botam em marcha a engrenagem que faz o País andar, desde que o Brasil é Brasil.



Deputada No segundo mandato, Leci enfrenta machismo e racismo diariamente (Foto: Reprodução)

Música e militância contra o racismo

A compositora e deputada estadual Leci Brandão (PCdoB) se lembra do primeiro episódio em que sofreu racismo. Foi aos 11 anos. Ela reagiu com poesia, militância e música. Formou-se advogada. Ganhou o mundo como compositora e hoje encara mais uma missão: ser a única mulher negra parlamentar na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Brasileiros - Quando foi a primeira vez que a senhora sofreu racismo?

Leci Brandão - Foi em 1955, ainda não tinha consciência do que era racismo. Eu estava na Escola Equador, em Vila Isabel, no Rio. No dia 10 de agosto se celebrava o “Dia do Equador”. Os alunos da 5ª série participavam de um concurso de redação. A melhor ganhava uma medalha. Minha mãe era servente na escola e nós morávamos lá. Minha redação foi considerada a melhor. Mas, pelo fato de eu ser filha de uma servente negra, deram o prêmio para uma menina que era filha de professora branca. Só depois fui entender que aquilo era racismo. Competência eu tinha.

Foi a única vez?

Não. A segunda vez foi no ginásio do Colégio Pedro II. Eu era a única negra na sala. O pessoal sempre fazia um som “tiziu, tiziu” (imita o som de uma espécie de pássaro, o tiziu). Eu não entendia. Um dia, uma colega me avisou: “Leci, esse negócio que você está ouvindo é com você”. Perguntei por quê. E ela explicou que tiziu é um passarinho preto.

De que maneira tratou disso?

Em 1989 fiz uma música chamada *Apelido: Tiziu*, que falava sobre essa questão. Nunca mais esqueci.

Como é agora, na política?

Fui eleita em 2010 com quase 90 mil votos. Quando entrei na Casa, tinha deputado que nem me olhava na cara. Fui a segunda mulher negra na história desta Assembleia, que tem 180 anos. A primeira foi a doutora Theodosina (*Ribeiro*) nos anos 1970. Olha a loucura. Não tem negro em São Paulo, né? A população negra não está no poder neste País, nem no Judiciário, nem no Legislativo, nem no Executivo.

De que maneira o impeachment vai se refletir nessa falta de representatividade negra?

Com o golpe, isso piora. Os avanços que tivemos estão todos caindo. Eles estão acabando com tudo. Jogando por terra tudo aquilo que a gente conquistou a duras penas. Eu sou a favor dos movimentos sociais, quero que os pobres tenham vez, que haja cotas. Como o povo brasileiro pode esquecer tão rápido as coisas boas que ele tem? Mas o povo vai começar a sofrer no ano que vem. E vai ter que ir para a rua.

Maria Carolina Trevisan